



“Não venham com desculpas de que o Tribunal Constitucional não os deixa governar”

Orçamento Mira Amaral acusa Governo de ter adiado os cortes que eram necessários na função pública e lamenta que os cortes de despesa previstos no OE/14 sejam “cortes horizontais”.

Luís Reis Pires
luis.pires@economico.pt

O presidente do Banco BIC, Luís Mira Amaral, acusa o Governo de usar o Tribunal Constitucional como desculpa para não levar a cabo as reformas necessárias na função pública, nomeadamente a dispensa de funcionários. Ainda assim, frisa, o Orçamento do Estado para 2014 “até parece positivo”, porque “concentra-se na despesa e não na receita”, algo que “já devia ter sido feito há mais tempo”. Mesmo assim, lamenta, “são cortes horizontais” e não uma reforma pensada com cortes direccionados.

Durante o IV Fórum de Fiscalidade, realizado pelo Diário Económico em parceria com a Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas, e que teve o Orçamento do Estado do próximo ano como tema, Mira Amaral sublinhou que “os funcionários públicos que são necessários para o Estado moderno devem ser melhor remunerados”, ao passo que os restantes “devem ser mandados para casa”.

Recorde-se que o Executivo avançou com uma proposta de alteração às regras da mobilidade especial, para facilitar as dispensas na função pública, que não passou no crivo do Constitucional. O presidente do Banco BIC acusou o Executivo de complicar o processo sem necessidade. “Este Governo não precisava de desenhar novas leis de despedimento no sector público. Podia ter começado a actuar logo, no Governo anterior já havia uma lei para isso. Não venham com desculpas de que o Tribunal



“Este Governo não precisava de desenhar novas leis de despedimento no sector público. Podia ter começado a actuar logo”, disse Mira Amaral.



“O cauteloso não vai mudar o rumo. Mas ajuda em duas coisas: no financiamento do país, e no processo de internacionalização das empresas”, disse Gomes Mota.



“Acho que nem o Governo acredita na meta [do défice de 4%]”, disse João Proença, acrescentando que “o Governo está à espera de um alívio na meta”.



Domingues de Azevedo entende que “é necessária uma maior ligação entre quem cria documentos orientadores da vida pública e quem vai sofrer as consequências”.

Constitucional não os deixa governar”, disse.

Já João Proença, ex-secretário geral da UGT, acusou o Governo de estar a apostar num chumbo do Palácio Raton a algumas das propostas do Orçamento, para depois conseguir junto da ‘troika’ um alívio da meta do défice do próximo ano. “Acho que nem o Governo acredita na meta de 4%. Mas havendo no Orçamento medidas inconstitucionais, nomeadamente cortes duráveis e retroactivos -, há a esperança de que o Tribunal Constitucional as chumbe. O Governo está à espera de um alívio na meta”, afirmou.

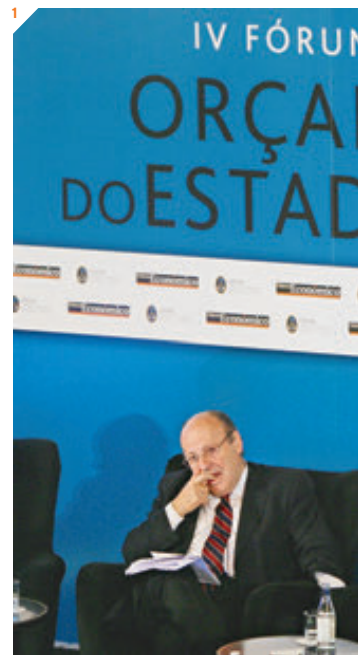
Mira Amaral concorda que o Executivo sabe que não consegue cumprir a meta, mas tem outra tese. “O Governo aposta no défice de 4% e quando se souber a execução do ano já a ‘troika’ saiu de Portugal”, avançou, acrescentando que a ideia é “apontar aos 4%, sinalizar isso aos mercados, depois tentar emitir obrigações a cinco ou dez anos no mercado, para garantir as condições para o programa cauteloso”.

A linha de crédito do Mecanismo de Estabilidade Europeu (MEE) é, aliás, o caminho que deve ser seguido, garante António Gomes Mota, sublinhando, porém que a austeridade não vai desaparecer. “O programa cauteloso não vai mudar o rumo. Mas ajuda em duas coisas: no financiamento do País e da economia, baixando o custo do capital; e no próprio processo de internacionalização das empresas”, que “precisam de capacidade para investir e, por isso, precisam de captar financiamento”. ■



O MOMENTO

Carlos Lobo conseguiu arrancar uma gargalhada da assistência quando se referiu ao guião da reforma do Estado apresentado por Paulo Portas e disse que o documento “é um primor de formatação”. O fiscalista afirmou que se fala das 112 páginas, mas “aquilo está com triplo parágrafo e letra tamanho 16”. E acrescentou que “como professor universitário, sei bem como é que se faz para que um trabalho pareça maior do que na realidade é”.





João Salgueiro diz que investimento deve ser “desígnio nacional”

Economista pede reformas estruturais e frisa que a solução não pode passar pela Europa.

Luís Reis Pires
luis.pires@economico.pt

A bem da economia, mas também do equilíbrio das contas públicas, o investimento produtivo deve ser “um desígnio nacional”. Quem o diz é João Salgueiro, ex-presidente da Associação Portuguesa de Bancos (APB), que defende que é preciso avançar urgentemente com as reformas necessárias para atrair investidores estrangeiros.

“Precisamos de um novo modelo, temos que ter investimento produtivo e empresas que produzam, para resolver problemas com décadas, como a não criação de emprego, o fraco crescimento e o desequilíbrio das contas públicas”, disse o economista. “Para encorajar esse investimento é preciso avançar com as reformas estruturais que andamos a anunciar como necessárias há anos”, acrescentou, sublinhando a necessidade “da desburocratização do sector produtivo, de um sistema de justiça fiável com decisões em tempo útil, de um sistema de ensino profissionalizante e de um sistema financeiro adaptado ao financiamento de médio prazo”.

João Salgueiro admite que é preciso corrigir o desequilíbrio das contas públicas, mas avisa que “a crise não se vai resolver com austeridade”. E afirma que Portugal precisa de uma estratégia credível para atrair investimento e não pode concentrar-se só na Europa. “Os mercados é que vão decidir como vai ser o futuro. Mas não vão decidir sozinhos, os países emergentes também vão ter uma palavra a dizer. O futuro vai ser determinado por estratégias de países com estratégias credíveis. E não teremos sucesso na promoção de crescimento se não fizermos disso [estratégia para atrair investimento produtivo] um desígnio nacional”, avançou.

Numa altura em que a Europa está ainda a tentar recuperar da crise de endividamento, o economista acredita que Portugal tem de ir além do Velho Continente e ser capaz de competir à escala global. “A solução para nós não pode ser centrarmos-nos no que está a acontecer na Europa, temos de nos concentrar no que está a acontecer no mundo. Temos de pôr de lado as contradições europeias e assumir o desafio à escala mundial”, concluiu. ■



“**Não teremos sucesso na promoção de crescimento se não fizermos disso [estratégia para atrair investimento produtivo] um desígnio nacional”.**

João Salgueiro
Economista e ex-presidente da APB



1 João Prouença, António Gomes Mota e Luís Mira Amaral debateram o OE 2014 e o crescimento económico.

2 António Lobo Xavier trocou impressões com Carlos Lobo.

3 João Amaral Tomaz e José Conde Rodrigues.

4 Pedro Silva, da Fresenius Medical Care, Maria João Carlos, da Markedata, e Ângelo Cardoso, da Fresenius Medical Care.

5 Carla Silva Domingues, da GEPAC, Fernanda Miranda, da Irmãos Miranda, e Alexandra Vidal.

6 Aspecto da assistência de 400 pessoas que encheu o salão nobre do Hotel Ritz e as galerias.

7 Fernando Jorge Ferrão e Fernando Jorge Mendes Pinto, da Merpiconta.

8 Filomena Moreira, da OTOC e Jorge Carrapiço, consultor da OTOC.

Fotos: Paulo Alexandre Coelho



Novo Portugal 2020 vai ter reforço do Fundo Social Europeu

Fundos comunitários O novo QREN vai ter um reforço do Fundo Social Europeu, mais dirigido às pessoas, e vai apostar menos nas obras.

Paula Cravina de Sousa
paula.cravina@economico.pt

As regiões vão passar a ter acesso directo ao Fundo Social Europeu. Com o novo pacote de fundos comunitários - Portugal 2020 - os programas regionais vão passar a dispor também de Fundo Social Europeu (FSE).

O secretário de Estado do Desenvolvimento Regional, Manuel Castro Almeida, sublinhou que esta alteração é um reflexo de "uma das marcas deste próximo quadro", no qual "haverá um reforço do Fundo Social Europeu por contrapartida do FEDER". "Este é mais dirigido à obra, ao betão, à obra pública", explicou, enquanto o FSE "é mais dirigido às pessoas e às organizações das pessoas". As afirmações foram ontem feitas no IV Fórum Fiscalidade organizado pelo Diário Económico e pela Ordem dos Oficiais de Contas dedicado ao Orçamento do Estado para 2014.

O novo quadro entrará em vigor no próximo ano com uma dotação de 25 mil milhões de euros e, ao contrário do que aconteceu anteriormente, não haverá "uma revolução na transição do



Manuel Castro Almeida
Secretário de Estado do Desenvolvimento Regional

"Vamos investir do lado das empresas e menos no público. E portanto, vamos ver os institutos públicos e as direcções gerais e os autarcas a dizer que vão ter menos dinheiro para gastar ou para investir."

QREN para o que se chamará Portugal 2020", para que "os utilizadores dos fundos mal sintam a transição". Por outro lado, e tendo em conta o maior enfoque que se dará ao FSE, o responsável realçou ainda que será criado um novo programa operacional para a inclusão social e emprego.

A aposta será mais nas empresas privadas do que no sector público. "Vamos investir do lado da competitividade, do lado das empresas e menos no público", assegurou. "E portanto vamos ver os institutos públicos e as direcções gerais e os autarcas a dizer que vão ter menos dinheiro para gastar ou para investir", advertiu. Mas, para Castro Almeida "essa é uma opção clara e que tem de ser feita".

Dos 25 mil milhões, a fatia de leão irá para os chamados fundos de política de coesão: 21 mil milhões para os chamados fundos de política de coesão - FEDER, FSE e Fundo de Coesão - e quatro mil milhões para o FEADER destinado à agricultura, havendo ainda um valor que não está definido para a área das pescas. O dinheiro será repartido em 11 objectivos temáticos, sendo que 6,5 mil milhões de euros destinam-se ao reforço das PME, que "é de longe o que tem maior dotação". Para a inovação e tecnologia estão destinados 2,5 mil milhões de euros e será por esta via que se apoiarão as grandes empresas.

Outra das alterações será o reforço dos apoios reembolsáveis às empresas em detrimento dos subsídios a fundo perdido. "Traz maior racionalidade às operações e permite que o dinheiro possa circular no futuro", justificou Castro Almeida. Será ainda introduzido um portal a que os utilizadores dos fundos comunitários poderão recorrer se tiverem dúvidas, por exemplo no tipo de fundo ou apoio ou eixo a que podem aceder. ■



Devios num imposto podem afectar outros

O ex-secretário de Estado dos Assuntos Fiscais, João Amaral Tomaz, alertou ontem para "a interacção que existe entre os diferentes impostos". "Quando há um desvio na previsão num imposto pode ter efeitos noutros impostos", advertiu. E exemplificou: "havendo uma redução no consumo de combustíveis, não é apenas o Imposto Sobre Produtos Petrolíferos (ISP) que é afectado, outros impostos como o IVA e a contribuição rodoviária também podem ser afectados". Amaral Tomaz explicou que os Impostos Especiais sobre o Consumo têm sempre um duplo efeito porque

perde-se também no IVA. Assim "um erro de previsão pode ter consequências devastadoras", disse o administrador do Banco de Portugal. Sobre as previsões de receita fiscal, o fiscalista referiu que a receita de IVA que está incluída na Direcção-Geral do Orçamento não é a correcta. Houve uma alteração de metodologia recomendada pelo Tribunal de Contas que tem a ver com o chamado IVA social - que é receita da Segurança Social - e que passou a ser contabilizado como receita do Estado. Sem este efeito, a quebra nas receitas de IVA é de cerca de 5%, superior à que tem sido anunciada, de 1%.

QUATRO PERGUNTAS A...



LOBO XAVIER

Presidente da comissão para a reforma do IRC

"Acho que o 'participation exemption' é inegociável"

Lobo Xavier afirma que Portugal não pode ser demasiado voluntarista e que "é um delírio completo abdicar do participation exemption".

O PS tem criticado o regime de 'participation exemption' e considera-o uma porta para o planeamento fiscal agressivo...

Mas não é verdade. O PS tem de perceber que as empresas que querem fazer planeamento fiscal agressivo, como é fácil mudarem, vão para o Luxemburgo ou Bélgica onde têm esses regimes. Nós adoptámos um regime de 'participation exemption' que é modelar para a Comissão Europeia. O PS está a ver mal e



Fotos: Paulo Alexandre Coelho

“É impossível reformar o IRC sem dar benefícios às grandes empresas”

Lobo Xavier considera que é possível chegar a acordo com o Partido Socialista.

O presidente da comissão para a reforma do IRC, Lobo Xavier, refutou ontem as críticas que têm sido feitas à reforma do imposto pago pelas empresas sobretudo no que se refere ao regime de ‘participation exemption’ e ao alívio da carga fiscal dado às grandes empresas. E, para o fiscalista é possível chegar a acordo com o PS.

“É impossível fazer uma reforma do IRC sem dar algum benefício às grandes empresas”, considerou, mas admitiu não ter “problemas em assumir isso”, porque “o próprio código do IRC já tem capítulos dedicados apenas a estas empresas”. Além disso, indicou que em Portugal há cerca de 12 mil empresas responsáveis pelo pagamento de 80% da receita de IRC. Para as restantes criou-se o regime simplificado e “as empresas que mudam para o regime simplificado mudam para melhor”.

No entanto, o ex-secretário de Estado dos Assuntos Fiscais, Carlos Lobo, afirma que uma redução da taxa de IRC dos actuais 25%, para 23%, pode colocar em causa “a harmonia social” e deixou algumas críticas ao regime simplificado. “Fui eu que acabei com o regime simplificado”, afirmou. “Se é para beneficiar as mais pequenas então adopte-se a taxa de 12,5% para as PME e não haveria esta simulação de regime simplificado”. Na resposta, Lobo Xavier não quis precisar os pontos de concordância com Carlos Lobo e preferiu realçar que o regime é opcional e só funciona se os aderentes tiverem vantagem. Relembrou ainda que quem fica no regime actual fica prejudicado já que terá de fazer o Pagamento Especial por Conta, que será agravado para 1.750 euros. Mas “quem fica só fica porque lhe compensa”, argumentou. Sobre o consenso político,

Lobo Xavier afirma que “há muitas formas de fazer pontes e chegar a acordo”, e sublinhou não ter ouvido ainda “uma crítica organizada por parte do PS”. “Existem condições para se chegar a acordo num conjunto de matérias como a internacionalização, redução de litígios e simplificação”. “O nosso sistema é muito difícil de explicar ao investidor, Portugal está sempre cheio de asteriscos e a explicação nunca é boa, é preciso ter regimes fiscais reconhecidos lá fora”, acrescentou ainda.

Já o ex-secretário de Estado dos Assuntos Fiscais, Amaral Tomaz, referiu os benefícios fiscais à interioridade. “Foi uma negociação difícil de conseguir com a Comissão Europeia, foi uma pedrada no charco e foi uma pena que estes incentivos tenham desaparecido”. “Se me dessem a escolher entre uma taxa de 12,5% e os benefícios à interioridade, estes últimos deveriam ser a opção”, frisou. ■ **P.C.S.**



1 Aspecto da conferência sobre fiscalidade no Orçamento para 2014 que decorreu no salão nobre do Hotel Ritz.

2 A sessão de encerramento contou com a presença de Domingues de Azevedo, bastonário da OTOC, António Costa, director do Diário Económico, e do secretário de Estado do Desenvolvimento Regional, Manuel Castro Almeida.



3 Pausa para o café reuniu empresários e gestores e fiscalistas.

4 Margarida Salgueiro à conversa com Teresa Melo, da Interpress.

5 João Proença e João Salgueiro trocam impressões antes do início da conferência.

6 Luís Todo Bom com Luís Mira Amaral e António Gomes Mota.



O ex-secretário de Estado dos Assuntos Fiscais, Amaral Tomaz, considera que “foi uma pena que os benefícios à interioridade tenham desaparecido”.



O ex-secretário de Estado dos Assuntos Fiscais, Carlos Lobo, criticou o regime simplificado: “Se é para beneficiar as mais pequenas então adopte-se a taxa de 12,5% para as PME”.

tem de ver os regimes comparados. O nosso regime é mais controlado, é mais equilibrado do que o holandês, luxemburguês.

Que medidas de controlo é que estão previstas?

Há uma série de cláusulas anti-abuso que impedem por exemplo que se aplique a zonas de baixa tributação e a paraísos fiscais. Uma série de salvaguardas que são as defendidas pela Comissão Europeia e que a maior parte dos países bastante competitivos em termos de fiscalidade não têm.

Como podemos evitar que Portugal se torne atractivo para as ‘letterbox companies’?

Os regimes que evitam as

sociedades mais ou menos fictícias são sobretudo os conceitos de direcção efectiva e nós temos um conceito de direcção efectiva em Portugal. E se for aplicado e fiscalizado impede que sejam reconhecidas como residentes em Portugal sociedades que de facto aqui não tomam as suas decisões. Esse regime já temos, não é preciso criar um outro mais agressivo. Não faz sentido criarmos uma fortaleza para impedir as empresas que façam uma coisa e elas depois possam depois fazê-las ali ao lado, em Espanha, Luxemburgo ou na Bélgica. Temos que arranjar um equilíbrio, não podemos ser os campeões dos anjos fiscais. Portugal não está em condições de

ser assim. Agora tem de ser competitivo com regras que evitem o abuso, isso sim, e a fraude, mas não podemos ser os anjos, os inocentes de um mundo em competição fiscal.

É possível à maioria deixar cair as taxas e o ‘participation exemption’ aprovando o resto em nome do consenso político com o PS? Há margem?

Acho um delírio completo abdicar do ‘participation exemption’. Já não há muitos países que não tenham uma regra ampla de ‘participation exemption’, o Japão, o Chile, os EUA... Isso eu acho que é inegociável. A questão da taxa acho natural, acho natural...